

# PAISAGENS DO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: DIMENSÕES, DISTENSÕES E IMAGENS

FLÁVIO LEONEL ABREU DA SILVEIRA  
OLAVO RAMALHO MARQUES  
MARLISE AMÁLIA REINEHR DAL FORNO

## REFLETINDO SOBRE PAISAGENS E IMAGINÁRIOS NO LITORAL NORTE

As paisagens litorâneas gaúchas são diversas em termos étnicos e ecológicos. Nelas vibram expressões imaginárias de coletivos humanos que revelam as dimensões sensíveis das interações estabelecidas por essas populações com o meio, como consubstanciação de ambiências de vida, mas também como processos de habitar justo pela coexistência com o diverso de si (vivo ou não) na conformação de paisagens de pertencimento que duram no tempo. Ao afirmarmos isto, queremos apontar para o fato de que elas emergem à sensibilidade do observador atento as suas expressões formais e sensíveis, como figurações da pluralidade estética de uma rica siconatureza, cujas marcas historicamente engendradas revelam o esforço humano de (re) trabalhar seus conteúdos materiais, neste caso, de acordo com os desígnios e escolhas éticas no afã de configurarem lugares de pertencimento.

Um processo sutil como esse ocorre a partir de laços identitários que definem territorialidades possíveis, por isso, de longa data. Resultam como espaços de ampliação de ofícios e engenhos oriundos de esforços coletivos no tempo em consonância com o espaço. Por outro lado, surgem de manifestações socioculturais presentes nas feições paisageiras das cidades que estendem seus projetos de urbanização ao longo da costa atlântica, ou que se ligam a ela por um processo comum na constituição de um destino que implica o estabelecimento de vínculos – heterogêneos, por certo, mas duradouros – com os lugares como uma expressão das memórias ambientais<sup>1</sup> e culturais, por vezes prenhes de contradições nas práticas de ocupação dos ambientes naturais, das amplidões de suas paisagens.

<sup>1</sup> Ambiente aqui entendido como produto e produtor de tensões sociais.

VERSÃO DIGITAL



**COMO CITAR:**  
SILVEIRA, F.L.A.;  
MARQUES, O.R.; DAL  
FORNO, M.A.R. Paisagens  
do Litoral Norte do Rio  
Grande do Sul: dimensões,  
distensões e imagens.  
In: VERDUM, R. *et al.*  
(org.). *Paisagem: leituras,  
significados, transformações.*  
Porto Alegre: Editora  
Letra1, 2021. v. 2, p.  
146-163. doi: [https://doi.  
org/10.21826/9786587422  
114-08](https://doi.org/10.21826/9786587422114-08)

O que nos parece evidente é que tais dinâmicas ocorre(ra)m numa região, como dito anteriormente, vasta e singular no contexto gaúcho já que representa uma zona de contato, onde tensões ecológicas e culturais têm assento, ou ainda, mostra-se como um grande ecótono que ao desdobrar-se em reverberações ecossistêmicas complexas (entre os biomas Pampa e Mata Atlântica) liga-se àquelas de caráter simbólico-práticas, implicando certas convergências mais ou menos tensionais entre grupos étnicos distintos, neste caso, a partir de formas de manejo ancoradas em ações técnico-culturais ajustadas aos ambientes.

Tais dimensões combinadas expressam as feições paisageiras atuais daquela área do estado, emergindo como os resultados sensíveis, de caráter cognitivo e operatório dos gestos técnicos *sobre e com* os ambientes e, desta maneira, participam na configuração de suas paisagens ao longo do tempo diante das transformações das mesmas, indicando que suas formas são relevantes para considerarmos a significativa etnobioidiversidade que as dinamizam agentivamente – no sentido de rearranjarem seus conteúdos – na conformação do conjunto heterogêneo dos ambientes bioculturais, definidores de contornos contemporâneos bastante variados, mas que todavia duram desde épocas recuadas e caracterizam certa fisionomia regional.

A porção mais austral da costa brasileira revela-se um conjunto diverso de espacialidades de lugares praticados cotidianamente por diferentes coletivos humanos, que a habitam e manejam no decorrer do tempo mediante ações técnico-culturais distintas, adensando por intermédio de suas agências no-mundo, determinadas marcas e signos indicativos da pertença aos lugares e, por isso mesmo, capazes de delinear os contornos *da e na* fisionomia litorânea em diálogo possíveis (e, nem por isso, contraditórios) com os elementos ditos “naturais” que as constituem, de maneira a produzirem um patrimônio biocultural de características paisagísticas singulares, ou ainda, de figurarem como a expressão paisageira de estar-no-mundo naquele contexto sul-americano.

Os grupos étnicos – ameríndios, açorianos, afro-brasileiros, ítalo-brasileiros, polônico-brasileiros, teuto-brasileiros, entre outros<sup>2</sup> – desde longa data coexistem com as distintas manifestações não-humanas vivas e não vivas (mas, também, sobre-humanas) presentes naqueles lugares compartilhados, onde o biodiverso é coextensivo ao *socius* nas suas distintas manifestações culturais. Portanto, é preciso considerar o papel das populações humanas na conformação dos lugares e nos processos de transformações das paisagens que, em certos casos, se chocam às ações de (re)ocupação dos espaços pela via da especulação imobiliária ligada à expansão capitalista, mediante franca turistificação das paisagens, e que são, não raro, os territórios de coletivos humanos não inseridos num sistema de exploração capitalista de “recursos”<sup>3</sup>, mas integrantes autônomos cujos agenciamentos coletivos operam

2 Seria oportuno discutir acerca da presença cabocla detentora de uma inteligência e sensibilidade mestiça/multiétnica na conformação de paisagens locais, assim, como de uma presença ameríndia evidente – especialmente quando se pensa nos Mbyá-Guarani –, ou mesmo, da existência de comunidades quilombolas (em especial o Quilombo do Morro Alto, mas também as diversas comunidades do chamado Litoral Médio do Rio Grande do Sul, nos municípios de Mostardas e Tavares), entendidas enquanto expressões socioculturais da diversidade étnica presente no contexto do Litoral Gaúcho. No entanto, deixamos o debate para momento oportuno.

3 Como bem argumenta a geógrafa Arlete Moisés Rodrigues (2005) acerca desta episteme: “Os elementos da natureza, as riquezas naturais, as matérias-primas passaram a ser “recursos naturais” que devem ser utilizados para a reprodução ampliada do capital, mas, ao mesmo tempo, têm de ser preservadas, sem contradições e conflitos, pois tudo se resolverá no futuro. As riquezas naturais são mercadorias desde o advento do capitalismo, porém a mercadificação atinge novas dimensões, em especial com a hegemonia do pensamento neoliberal, a financeirização da economia”.

na lógica sensível de transformação e cocriação de uma “natureza natural” (DESCOLA, 2001; 2010; 2011) implicada numa ecologia de símbolos, onde os gestos técnicos, ao transformarem os ambientes, necessariamente, não os aniquilam.

É preciso indicar aqui a transfiguração do Antropoceno em Capitaloceno<sup>4</sup> (MOORE, 2016; 2013a; 2013b) no contexto do Litoral Norte, especialmente a partir da segunda metade do século XX em diante, quando o avanço pouco prudente sobre os ecossistemas locais e suas populações originárias e/ou habitantes antigos sofreram intenso impacto, com a consequente degradação ambiental associada à inferiorização/desqualificação do *Outro*.

No nosso ponto de vista, o litoral sul-riograndense se insere num contexto nacional de megadiversidade biológica e ecossistêmica associadas aos coletivos humanos que nele fizeram (e fazem) as suas moradas há séculos. Portanto, o caráter paisageiro é inerente à própria noção de litoral como um meio-contexto de vida humana e não-humana integradas sensivelmente. Elas estão em muitos casos associadas sensivelmente mediante a presença sobre-humana aos entes não-humanos – aos lugares e seus elementos biogeocósmicos –, quiçá pela aura das paisagens que animam as configurações paisagísticas onde as pessoas vivem. Os calendários rituais, as sociabilidades festivas, a sazonalidade e os períodos de fartura (de colheita, caça, pesca, entre outros) são significativos disto<sup>5</sup>, e revelam a indissociabilidade entre tais aspectos da vida em sociedade no Litoral.

O duplo encontro referido tanto aos biomas (Pampa/Mata Atlântica) quanto ao fato de que as suas águas oceânicas são tocadas pelas correntes cálidas do Brasil e gélidas das Malvinas, gestam ambientes de enorme relevância socioambiental quando se pensa na conservação do biodiverso e na presença humana nesta região, mais especificamente nas suas manifestações fenomênicas de coteriva dos existentes no espaçotempo da fisionomia litorânea, neste caso, sob a forma transformável das paisagens quando os conteúdos se (re)arrajam pelas dinâmicas inerentes aos seus processos ecossistêmico-autopoiéticos em relação aos gestos humanos reconfiguradores de suas feições.

Neste sentido, as formações montanhosas presentes – Serra Geral, Planalto, escarpa do Planalto – cujas florestas úmidas – Mata Atlântica, Floresta Ombrófila-Mista – geram adensamentos paisagístico-vegetacionais únicos em termos de beleza cênica, considerando-se, ainda, sua extensa área de praias com cerca de 600km, sua Planície Litorânea que abriga conjuntos de dunas, restingas e complexos lagunares – uma espécie de litoral interior, um “mar interno” conhecido como ‘Rosário de Lagoas’ – são indicadores, em consonância com a riqueza marinha co-produzida pelas correntes oceânicas, que ampliam o seu caráter tensional de encontro de diferenças ecológico-ecossistêmicas na conformação do seu caráter biodiverso.

Consoante, são de relevância ímpar tais conjuntos e formações paisageiras. Estes revelam-se sempre em densa dinâmica, uma vez que, do modo como entendemos, para além da propalada “ação

4 Sobre o debate envolvendo a questão do Antropoceno-Capitaloceno as reflexões de Moore (2013a; 2013b) são relevantes. Sobre as diversas interpretações sobre o tema, ver Haraway *et al.* (2015); Haraway (2015).

5 A chegada anual das aves limícolas migratórias e passagem das baleias-francas; a época da pesca da tainha e a intensificação da pesca artesanal-cooperativa com os botos em Imbé/Tramandaí; a floração das plantas e a produção melífera nas pequenas propriedades rurais; a colheita de plantas e fibras para a produção do artesanato nas matas pelos caboclos; os engenhos antigos dos colonos; os congraçamentos religiosos, as romarias e festas de santos, o maçambique entre quilombolas em Osório, entre outros aspectos das vidas em comunidades litorâneas.

antrópica” intensificada com a emergência do Capitaloceno, são resultados processuais na conjugação tensional de elementos e entes diversos na constituição das paisagens litorâneas gaúchas, implicadas em dinâmicas transformacionais constantes movidas por sazonalidades climáticas, fluxos de ventos/tempestades, movimentações dos sistemas de dunas, de (re)fluxos de marés, que envolvem, inclusive, os encontros de águas em sistemas estuarinos.

## **AS PAISAGENS DO LITORAL GAÚCHO, OU AS IMAGENS QUE DURAM E SE TRANSFORMAM**

As morfoesculturas do Litoral Norte do Rio Grande do Sul são constituídas pelas unidades do Planalto Meridional e pela Planície de Terras Baixas Costeiras, de acordo com a classificação de Ab´Saber de 1964. Fujimoto *et al.* (2005, p. 5577), organizam um compilado do detalhamento destas morfoesculturas da região do Litoral Norte, um dos segmentos da Zona Costeira do Rio Grande do Sul, retomado a seguir.

A região caracteriza-se pela seqüência de ambientes longitudinais à costa chegando até as escarpas do Planalto Meridional. Após a área de interface com o mar, identifica-se uma planície sedimentar costeira, composta por dunas, seguidas pelo cordão de lagoas litorâneas até o contato com a escarpa do Planalto Meridional, entalhada pelos vales dos rios Maquiné e Três Forquilhas.

O Planalto Meridional é constituído por rochas sedimentares pertencentes à Formação Botucatu que se encontram sotopostas ou intercaladas às rochas vulcânicas da Formação Serra Geral. No Litoral Norte, o Planalto Meridional está representado, predominantemente, pela escarpa de falha do referido planalto. A origem dessa escarpa está associada ao rompimento do Gondwana que levou à separação da América do Sul e da África com a abertura do Oceano Atlântico. Os falhamentos com basculamentos e abatimento do bloco oriental do Gondwana sob a forma de degraus dos derrames basálticos, deram origem a escarpa de falha, hoje recuada por erosão, no espaço compreendido entre Osório e Torres no Rio Grande do Sul.

A escarpa abrupta voltada para o oceano representada por vales bem entalhados, por vertentes com declividades acentuadas e por formas em morros são resultantes do conjunto de fatores tectônicos e climáticos que atuaram sobre a superfície sustentada, predominantemente, pelas rochas da Formação Serra Geral. Ocorrem ainda, as rampas coluviais, feições caracterizadas por depósitos de encosta oriundos de processos gravitacionais ou originados de alterações in situ das rochas vulcânicas. Nessas áreas os solos são mais profundos. Essas formas de relevo em rampa possuem vertentes com elementos essencialmente côncavos e declividades relativamente mais suaves.

A Planície Costeira do Rio Grande do Sul tem sua formação associada a períodos regressivos e transgressivos dos últimos períodos geológicos (Cenozóico – períodos Terciário e Quaternário). Ao longo desses períodos sucederam-se depósitos continentais e marinhos que originaram uma seqüência de sistemas/barreiras. Estas sucessivamente isolaram porções de espaço ocupados pelo mar que, posteriormente e progressivamente, foram sendo colmatados, dando origem às feições geomorfológicas atuais, bem como a individualização dos sistemas lagunares. Em decorrência da dinâmica que se processou ao longo desse tempo, a geomorfologia da Planície Costeira do Rio Grande do Sul foi caracterizada por Villwock e Tomazelli (*apud* Fujimoto *et al.*, 2005, p. 5577). Esta compartimentação pode ser assim descrita:

- a. Planície Aluvial Interna: faixa entre o Planalto Uruguaio Sul-riograndense e o Sistema Patos-Mirim, formada por terras baixas inclinadas para leste, caracterizada em termos geomorfológicos pela presença de colinas e terraços.
- b. Barreira das Lombas: faixa com direção NE-SW, com extensão de 250 km e localizada entre os municípios de Osório e Tapes. Constitui um conjunto de colinas com altitude de aproximadamente 100 m decorrentes de deposição eólica.
- c. Sistema Lagunar Guaíba-Gravataí: área ocupada pelas bacias hidrográficas desses rios. Caracteriza-se por ser uma área de terras baixas que evoluiu de uma antiga laguna para pântanos e, como exemplo, o atual Banhado Grande nas cabeceiras do rio Gravataí.
- d. Barreira Múltipla Complexa: corresponde à faixa de terra característica do litoral norte do Estado do Rio Grande do Sul, entre o Planalto Meridional e o oceano Atlântico e que, ao sul, foi responsável pelo isolamento das lagoas Patos e Mirim. Esse compartimento consiste em uma sucessão de terraços, bastante planos, intercalados com depressões, ocupadas por lagoas, lagoas e pântanos em diferentes estágios evolutivos. O conjunto é composto por sistemas do tipo laguna/ilhas-barreiras desenvolvidas durante os três últimos grandes ciclos de variação do nível do mar, durante os períodos Pleistoceno e Holoceno. Depósitos praias e eólicos transicionam e se interdigitam com depósitos lagunares, lacustres, paludiais, fluviais e deltaicos.
- e. Sistema Lagunar Patos-Mirim: corresponde ao primeiro estágio de formação da Barreira Múltipla Complexa. Durante sua evolução promoveu a formação de terraços, cristas de praias, pântanos e pontais arenosos.

O litoral sul-riograndense constitui, portanto, vasta área singular devido à diversidade de paisagens que abarca no âmbito do estado, figurando enquanto uma das regiões que experimentam transformações significativas na porção austral brasileira. Ele, desde longa data, ocupa um lugar especial no imaginário vinculado à praia<sup>6</sup> entre os gaúchos, especialmente quando consideramos a experiência de desfrute dos banhos de mar, do contato com as paisagens oceânicas e seu entorno. Sendo assim, significa um destino importante na evasão sazonal de pessoas oriundas de centros urbano-industriais, onde reinariam modos de vida estressantes ligados à lógicas de trabalho geradoras de permanente tensão, e a tudo o que representam as imagens em torno da ideia e/ou de um tempo de ócio em contraposição ao tempo dos negócios, ritmos de férias, quando o descanso e as experiências de sociabilidade lúdica relacionadas à praia e à orla marinha – ligadas ao “refrigério” em tempos passados – que alcançam contemporaneamente os processos de turistificação e o direito às férias e ao lazer como uma espécie de merecimento ao deleite das paisagens de evasão. O litoral norte destaca-se neste cenário e é dele que nos ocupamos neste estudo.

<sup>6</sup> O historiador Alain Corbin (1989) demonstrou a importância das paisagens marinhas para o imaginário ocidental e as transformações acerca das visões relacionadas aos oceanos ao longo do tempo, não raro oscilando entre o terror, o refrigério e o deleite estético. Reflexões sobre a germanidade e os banhos medicinais em balneários que incluem a zona costeira gaúcha, aparecem no estudo de Souza Correa (2010).

Neste sentido, a área geopolítica que hodiernamente chamamos de Litoral Norte Gaúcho se distingue, por exemplo, do Litoral Sul, seja pelos processos de crescimento populacional e urbanização acelerada, transformação e ocupação de seus ambientes com a consequente reconfiguração de suas paisagens, ou simplesmente, pelos diferentes gestos de domesticação de suas paisagens. Tais processos se deram mediante um tipo de desenvolvimento regional que, se produziu de forma diversa avanços no que se refere à constituição de cidades e espaços urbanizados de relevância estética, também engendrou sérios problemas ambientais e culturais que produziram impactos nada desprezíveis a ambas regiões.

Ora, tanto na sua porção norte quanto na sul, o que presenciamos na área litorânea gaúcha é a dinâmica de alterações de seus conjuntos paisagísticos originais pela conformação de ambientes urbano-industriais e turísticos voltados tanto à produção de bens/serviços como ao deleite das paisagens cênicas, não raro, ameaçadas pela devastação promovida pelo avanço da urbanização descontrolada sobre os seus ecossistemas que dão a base física para a experiência paisageira. Portanto, ainda que ambas as áreas mencionadas sejam frutos de um ajustamento tensional e criativo de elementos (ambientais e culturais, ético-estéticos e paisageiros diversos), que constituiriam figurações muito próprias de uma parcela do estado do Rio Grande do Sul, trata-se, também, de pensá-los a partir de processos civilizacionais de ocupação e modelamentos distintos *dos e nos* espaços, mediante esforços múltiplos no redesenho das superfícies habitáveis, no aprofundamento de bases socioeconômicas, da constituição de sociabilidades associadas a ímpetus constantes de labuta e, de qualquer maneira, no delineamento de marcas nas paisagens que identificam formas de sociações plurais que evocam complexidades próprias à heterogeneidade cultural presente naquela região gaúcha.

Nestes termos, o esforço coletivo de uma comunidade de destino ligado à ocupação – não raro de caráter paradoxal – de seus espaços, por vezes dócil o suficiente para se espraiar no corpo sensível das paisagens litorâneas, e noutros, deliberadamente agressivo e levado a termo pelo exercício arrogante do domínio de seus espaços e desfiguração dos lugares de pertença do *Outro* (humanos, não-humanos, sobre-humanos), produziram as feições contemporâneas da região como a conhecemos, mas que se desdobram outras no processo de transformação continuado de suas paisagens ao longo do tempo, no devir que ambiciona um futuro diverso ao presente de suas figurações já que, pela via da domesticação pouco amistosa das paisagens, se impõe o aprisionamento das mesmas numa lógica de circulação do dinheiro, numa feição urbanizada do Capitaloceno.

Tais dimensões de sua reconfiguração tiveram assento pelo esforço humano de constituir territórios existenciais e definiram parcialmente o *continuum* rural-urbano na região, neste caso, junto à extensão da costa marinha com seus cordões de dunas e restingas associados ao conjunto intrincado de rios, canais, riachos, arroios ligando o “Rosário de Lagoas”, cujas águas, dissemos, constituem uma espécie de mar interior e que são coroados por cadeias montanhosas cobertas por formações vegetacionais, onde se destaca a exuberância da Mata Atlântica.

Apontamos para um *continuum* rural-urbano no sentido de verificarmos uma conexão evidente entre os núcleos urbanos mais densamente ocupados, que sediam atividades administrativas e comerciais, e as vastas áreas mais rarefeitas em ocupação, que abrigam atividades agrícolas, de criação de animais, extrativismo, pesca e mesmo ludicidade junto às porções mais aprazíveis de natureza exuberante, também elas repletas de pequenos núcleos habitacionais e comerciais. As formas que assumem esses processos de concentração são decerto variáveis entre os municípios que compõem o conjunto

polimorfo reconhecido como Litoral Norte Gaúcho – alguns com características eminentemente rurais, tal qual o município de Maquiné, outros bastante mais densos em seus núcleos urbanos junto à encosta da serra, como Osório, ou à orla do Oceano Atlântico, como Tramandaí. Municípios estes últimos que, acrescidos de Torres e Capão da Canoa, na trama plural das dinâmicas regionais de uma extensa aglomeração urbana, figuram como centros regionais e congregam atividades de comércio, serviços, lazer e outras afins, conectados pelos eixos de circulação que são as estradas e rodovias, mas também os cursos d'água (muito mais utilizados no passado recente, se recuamos no tempo algumas décadas, mas ainda percorridos) e que anteriormente incluíram ferrovias – especialmente a ferrovia Palmares-Osório, inaugurada no início dos anos 1920 e desativada no início da década de 1960.

Por certo, um mosaico de componentes socioecológicos como este revela-se um longo e paciente trabalho de uma natureza pujante sobre si mesma, mas que coexiste com os devaneios humanos afeitos aos supliciamentos da matéria em lugares praticados<sup>7</sup>, pois a biodiversidade reinante na região deve ser concebida em profunda relação com a sociodiversidade que transforma espaços, na medida em que constitui lugares de pertença étnica e culturalmente distintos, como é o caso do Litoral Norte.

Entre as inúmeras dimensões das dinâmicas paisageiras do território em questão, destacam-se processos drásticos que escancaram feições das desigualdades sociais, omissões e/ou falta de capacidade de gestão e fiscalização quanto ao cumprimento de legislações por parte dos poderes públicos, o acesso desigual a fontes de poder social permeando a diversidade social e cultural acima referidas. Entre estes processos, destacamos o crescimento de algumas de suas cidades mediante uma urbanização desordenada, que em geral envolve a destruição de legados paisagísticos e arquitetônicos que marcavam tais cidades; a ausência de saneamento básico e de adequado tratamento de efluentes para preservar os mananciais e reservas hídricas que constituem um patrimônio inestimável do Litoral Norte; o desrespeito à legislação ambiental voltada à preservação dos ecossistemas; fortes impactos socioambientais com a descaracterização das feições nativas das paisagens e reconfigurações pela turistificação; a construção de balneários, áreas de lazer de caráter sazonal, a edificação de casas de veraneio que configuram a prevalência dos incentivos a um fenômeno sazonal de hiper-exploração dos espaços; a produção de aglomerações pelo fluxo em direção à área litorânea do estado, com ocupação restritiva e horizontal dos espaços avançando sobre ecossistemas frágeis, sobre áreas úmidas e lagoas; a intensa proliferação de condomínios residenciais privados e fechados; o adensamento e a verticalização dos tecidos urbanos, em alguns casos ameaçando a incidência de luz solar sobre áreas de intenso uso por parte da população; a saturação sazonal da demografia regional, uma vez que a população humana triplica ou quadruplica durante os meses de verão e excede a capacidade local em termos de infra-estrutura e/ou de capacidade de carga que os ecossistemas suportam. Tais processos, aqui indicados de modo abrangente e breve, demandariam um adensamento descritivo e analítico que ultrapassam os limites e a proposta do presente artigo; interessa-nos, por hora, que eles se evidenciam nas transformações das paisagens do Litoral Norte e devem ser motivo de reflexão e ação atenta e diuturna.

Um último elemento importante a ser ressaltado para encerrar este arrazoado inicial é que a própria noção de um Litoral Norte Gaúcho envolve a dimensão da inescapável arbitrariedade de todas as regionalizações – sob que critérios, configurações geográficas, morfológicas e/ou populacionais define-se o que é englobado em um dado território e, portanto, quais as suas fronteiras? Utilizando-nos

7 Aqui aproximamos a perspectiva bachelardiana (1990;1991) aos insights de Certeau (1997).

do jargão antropológico, quais as feições expressivas e os traços característicos do que constitui este nós – os limites desta região? Para além das funções administrativas quanto ao território, enfatizamos aqui a dimensão ética e, já que tratamos sobretudo das paisagens, estética do pertencimento a este conjunto plural. Nesses termos, após este condensado esforço de pensamento amplo sobre o Litoral Norte enquanto conjunto plural, adentraremos agora em reflexões pontuais sobre pequenas porções deste território que, acreditamos, são representativas de algumas dimensões de suas dinâmicas enquanto sacionatureza – ou seja, nas intrincadas conexões entre seus processos ambientais, culturais, sociais, ecológicos, econômicos, étnicos, políticos, administrativos e laborais ao longo do tempo.

### **AS DINÂMICAS PAISAGEIRAS DO LITORAL NORTE EM TRÊS LOCUS DENSOS DE TRANSFORMAÇÕES**

Retomamos aqui um trabalho coletivo que realizamos no segundo semestre de 2018 como um esforço criativo de abertura sensível às paisagens do Litoral Norte Gaúcho e reuniu as equipes de dois grupos de pesquisa da UFRGS, sediados um em Porto Alegre e outro em Tramandaí – o Núcleo de Antropologia Visual e o Projeto Paisagens do Litoral Norte Gaúcho – resultando na expografia *Paisagens, cotidiano e sociabilidades no Litoral Norte Gaúcho: um mergulho etnográfico na memória ambiental* (MARQUES *et al.*, 2019), de cujo texto de abertura retiramos o seguinte trecho:

As oficinas, realizadas na confluência das equipes, objetivaram percorrer as paisagens litorâneas, senti-las, pensá-las e registrá-las em fotografia, vídeo e som. Inicialmente, realizamos atividades de mergulho em imagens de acervo oriundas do Museu Municipal Abrilina Hoffmeister (Tramandaí) e do Arquivo Municipal Antônio Stenzel Filho (Osório), imbuídos das perspectivas de Etnografia de (Rocha e Eckert, 2013b) e Etnografia da Duração (ROCHA; ECKERT, 2013a), por meio das quais pretendemos revelar feições estéticas dos gestos de assentamento coletivo no espaço litorâneo ao longo do tempo, reunindo permanências e rupturas, uma imensa riqueza natural em que se espraiam tecidos urbanos mais ou menos densos e contínuos, novas feições entremeadas por restos e ruínas.

A preparação da saída de campo envolveu a escolha de lugares para imersão fotoetnográfica (ACHUTTI, 1997) selecionados em virtude de seu potencial para fruição, interação com os grupos locais e criação imagética a partir de diferentes aproximações da própria noção de paisagem – para além da exclusiva associação em termos de beleza cênica.

A primeira parada se deu nos arredores das ruínas da AGASA (Açúcar Gaúcho S/A) – que hoje abriga, em parte de seu antigo complexo, a empresa Joape Climatização Industrial LTDA – às margens da Lagoa dos Barros e da Rodovia RS-030, em Santo Antônio da Patrulha, cidade que expressa as arbitrariedades de toda regionalização, sendo reconhecida ora como parte da Região Metropolitana de Porto Alegre, ora como Litoral Norte Gaúcho. Explorou-se as feições paisageiras da comunidade rural que se formou ao redor da antiga indústria açucareira, criada pelo Governo do Estado em 1965 e que encerrou suas atividades na década de 1990. Em suas temporalidades entrecruzadas, as paisagens ruiformes da antiga Agasa, circundadas pelas paisagens fantásticas da Lagoa dos Barros – já que um universo sutil de seres fantásticos, agências anômalas das águas e fantasmagorias vibram naquela área lacustre – e imersas na vida pacata da cercania à beira da estrada, coexistem com as novas atividades industriais que ali ocorrem, mas remonta a um período recente em que partes extensas das matas nas encostas dos morros foram derrubadas para o plantio de cana.

A segunda parada se deu no alto do Morro da Borússia, em seu mirante encravado na escarpa do planalto. Temos, ali, a expressão maior da ideia de paisagem como panorama, vista das mais fotografadas e difundidas na região: a vastidão da planície litorânea e seu “Rosário de Lagoas”, a franja da orla ao fundo e seu núcleos urbanos enredados; o processo de urbanização e verticalização das edificações na cidade de Osório, crescendo ao “pé da serra” e ligando estradas e caminhos que conduzem ao mar, ao sul e ao resto do Brasil, ao norte; os restos originais e as recuperações da Mata Atlântica, expressão a um só passo de sua fragilidade e sua resiliência.

Importante tratarmos da encosta porque ela se constitui como fronteira – ou ao menos como zona de transição entre a planície e o alto da serra – simbolicamente, dividindo o território em alto e baixo. Subir e descer o morro são ações que fazem parte do cotidiano desta cercania desde há muito tempo – de automóvel, a pé, de bicicleta, de carreta. Dimensões estas que remetem a ritmos, intensidade e velocidade dos fluxos entre alto e baixo. Cabe a menção à instalação do complexo de aerogeradores sobre esta paisagem – em geral percebidos positivamente enquanto composição da paisagem da planície litorânea – que se configuram definitivamente como tecnopaisagens (*technoscapes*) – para usarmos um conceito proposto por Arjun Appadurai (1994), para quem mundos imaginados estão no centro de toda forma de ação e as paisagens são construtos profundamente perspectivos, influenciados pela posição histórica, cultural e política dos atores sociais em questão.

As paisagens do morro de Osório ou do Morro da Borússia – escarpa da Serra Geral ou do Planalto – encontram enorme recorrência enquanto *locus* de enquadramento criativo–expressivo no gesto de produção de imagens em diferentes suportes – fotografias, vídeos, filmes, desenhos, pinturas de paisagens. Hoje, o volume desta produção e circulação de imagens explodiu em função das redes sociais e dispositivos móveis de criação e difusão de imagens, já que trata-se de um lugar de intensa atração turística em função da presença dos remanescentes e áreas de recuperação de Mata Atlântica, córregos pedregosos, cascatas, paisagens bucólicas de recantos rurais, remanescentes de casas coloniais, cafés, bares, restaurantes em número crescente que cativam pelas peculiaridades gastronômicas, pousadas, chalés, cabanas e outros serviços de hospitalidade, entre muitos atrativos que incidem em uma grande circulação de pessoas. Destaca-se neste conjunto, sem dúvidas, a experiência privilegiada que o território proporciona, por suas características geomorfológicas, aos olhares que podem se debruçar sobre a amplidão da planície litorânea.

Retomamos aqui a noção de paisagem em Simmel (1996), quando o autor menciona tratar-se de uma atitude do espírito, do olhar que recorta e confere unidade a um pedaço de natureza – esta compreendida pelo filósofo alemão como totalidade. Para nós, neste sentido, a categoria paisagem é central por permitir abordar as confluências e tensões entre natural e cultural, entre natureza e cultura. A profusão de imagens, tanto aquelas produzidas sobre o Morro de Osório e a escarpa da serra vistas desde a planície como as que registram o olhar do alto sobre a extensão da planície, evidencia a força de sua expressividade enquanto beleza cênica. Imagens de vistas da cidade de Osório, seus recursos e belezas – sobretudo a abundância das águas, em suas lagoas, mas também praças, parques, ruas e casarios – em geral são enquadradas pelo morro ao fundo. A elevação confere sentido geográfico – paisageiro; de unidade a esta paisagem –, de orientação, inclusive. No entanto parece-nos, sobretudo, que sua presença ressalta aspectos identitários locais, enquanto sinal diacrítico, alçado a símbolo demarcador de identidades coletivas. As recorrências do morro como elemento na paisagem remonta o

próprio gesto de assentamento de um núcleo habitacional que se instaura no “pé do morro” – chamado, em seus primórdios, de Vila da Serra. Desde há muito também cristaliza-se em imagens a vista das paisagens da imensa planície litorânea a partir do morro. Evidencia-se, neste caso, a força da paisagem como panorama, como delineamento de vistas. A zona da encosta parece bastante importante, neste sentido, quanto aos usos que comporta e ao imaginário que se constitui através dela e ao seu redor.

Em termos de uma memória ambiental litorânea, o morro dá pistas de alguns dos usos e processos que nos conduzem até aqui. Que revelam sobre as dinâmicas de transformação urbana, mas também desvelam processos de investimento em cartas perspectivas de desenvolvimento local e regional, em termos, como vimos, da produção agrícola de cana-de-açúcar, como no caso das imediações da antiga AGASA, mas também de banana, de plantações de eucalipto e outras variedades vegetais. Esta encosta que foi profundamente alterada ao longo do tempo, hoje se mostra exuberante enquanto um conjunto complexo de paisagens, patrimônio natural-cultural-ambiental, verdadeiro atestado da resiliência da Mata Atlântica na região, *locus* plural de transformações, permanências e conflitos – ocupação descontrolada, parcelamento irregular do solo, turistificação por vezes predatória, bem como de políticas preservacionistas, criação de redes de solidariedade, experiências de produção agroflorestal, entre outras formas de manejo não destrutivas porque sensíveis a etnobioidiversidade local. Lugar denso e preñado de possibilidades – enquanto vida, biodiversidade, socionatureza(s) capaz de agregar identidade(s) aos territórios.

### **A BARRA DO TRAMANDAÍ COMO PAISAGEM INTERSPECÍFICA**

O último lugar em que buscaremos fixar nossas atenções, ponto final do percurso reflexivo que propusemos neste artigo, são as intrincadas paisagens praianas do estuário do Rio Tramandaí, fronteira física e simbólica entre os municípios de Tramandaí e Imbé. Tratamos especialmente da porção adiante da ponte Giuseppe Garibaldi, que liga, atravessando o rio, os dois municípios, abrigando diversas apropriações e atividades: passagem de veículos motorizados, bicicletas e pedestres; permanência, fruição paisageira e sociabilidade lúdica; trabalho, sobretudo nas obras de recuperação da estrutura da ponte e às projeções e imaginações quanto à construção de uma nova ponte conectando os dois lados do rio; relação dos humanos com as muitas espécies que compõem aquela paisagem coexistencial, das quais destacamos aves, cães e peixes. Adiante da ponte, concentramo-nos agora na Barra do Rio Tramandaí, nas imediações da foz do rio junto ao Oceano Atlântico, onde pesca-se de caniço, coca e tarrafa, lugar que abriga as interações entre pescadores e botos que concedem àquela paisagem uma densa singularidade.

Há uma “rede urbana” que se projeta em direção a zona costeira, daí o fato dela figurar atualmente como uma das quatro aglomerações do estado do Rio Grande do Sul, denominada *Agglomeração Urbana do Litoral Norte* (AULINORTE). Nestes termos, a região experimenta há décadas processos migratórios associados à intensa especulação imobiliária, que redefiniram as paisagens locais produzindo cidades litorâneas que são parte da “extensão metropolitana”, uma vez que não situam-se a grande distância da capital gaúcha, Porto Alegre.

Tramandaí é uma tradicional cidade balneária de que Imbé se emancipou nos anos 80. Ambos os municípios têm o seu desenvolvimento urbano relacionado às paisagens litorâneas de evasão e

turismo, intimamente relacionadas ao advento dos banhos de mar no contexto gaúcho. Neste caso, tais agências devem ser entendidas como um conjunto de práticas de sociabilidade ligadas ao caráter curativo dos banhos, mergulhos e ao refrigério, bem como às práticas de esportes aquáticos, e assim por diante. O Litoral Norte do Rio Grande do Sul vincula-se às experiências paisageiras modernas de turismo<sup>8</sup>. Nestes termos, a cidade de Tramandaí junto à vizinha, Imbé, constituem centros de atração sazonal de pessoas oriundas de diversas partes do estado – e dos países vizinhos –, que se deslocam em busca de lazer e descanso garantidos pelas férias de verão junto às paisagens costeiras do atlântico sul-brasileiro. As imagens que giram em torno do “veraneio” são fortes entre os gaúchos, indicam a presença massiva dos “veranistas” naquele contexto de evasão nas paisagens litorâneas.

Olavo R. Marques (2017, p. 3-4) afirma o seguinte acerca dos municípios mencionados:

Trata-se de cidades litorâneas na orla do Oceano Atlântico, separadas pela foz do Rio Tramandaí. Cenário *sui generis* que condensa características territoriais do Litoral Norte, a Barra se configura como fronteira física e simbólica entre as cidades, que apresentam distintas formas de ocupação, de tecido urbano, densidade habitacional, verticalização das construções, planos de desenvolvimento urbano, sociabilidades e usos para turismo e lazer. São cidades pequenas, com processos acelerados de transformação urbana e marcadas por uma ocupação sazonal muito diferenciada, já que a região atrai milhares de turistas e veranistas vindos da capital e outras regiões do Rio Grande do Sul nos meses do verão, nos quais a população total pode chegar ao triplo da população permanente.

É justo sobre a Barra do Rio Tramandaí e seu entorno urbano<sup>9</sup> situados entre ambos os municípios, que nos interessa refletir nesta altura do debate que propomos. O estuário do Tramandaí, mais especificamente a área da “Barra” estão vinculados, neste estudo, ao mundo urbano que vem se conformando naquele contexto desde pelo menos o século XIX. As paisagens atuais são o fruto de um “trajeto antropológico” (DURAND, 1989) que deriva junto, e tensionalmente, com as dinâmicas ecossistêmicas<sup>10</sup>, uma coderiva de complexidades bioculturais de onde desdobram-se formismos e sinergismos que reconfiguram as fácies locais, instituem o urbano como modo de vida. Portanto, a área

8 Soares e Puper (1986, p. 60) mencionam o seguinte acerca da questão: “É por volta de 1890 que Tramandaí começa a ser procurada como balneário. Famílias buscam as nossas praias no verão, para banhos de mar, como tratamento para a saúde. Vinham de carreta de Porto Alegre, gastando 10 dias de viagem... Nesta época hospedavam-se em pensões (...) Final do século XIX. Surge o primeiro hotel em Tramandaí (...) Podemos dizer que, a partir de 1900, a economia de Tramandaí passou a girar em torno da pesca e do turismo”.

9 No âmbito deste estudo entendemos a “barra”/“barra do Tramandaí” como um espaço fundamental na gênese do mundo urbano naquela porção litorânea, uma vez que representa um dos *loci* de assentamentos humanos naquela região. Portanto, ele estaria ligado aos mitos de fundação dos lugares de pertença dos coletivos humanos que ali se assentaram ao longo do tempo, podendo ser compreendido, ainda, como um dos *axis mundi* locais.

10 Aqui, há duas possibilidades interessantes: 1. a de pensar os gestos e trajetos de ocupação dos espaços ao longo do tempo a partir das reflexões propostas pela Etnografia da Duração (ROCHA; ECKERT, 2005; 2013); 2. a de seguir as inquietações da antropóloga Ana L. C. da Rocha (comunicação pessoal) e contribuir para a reflexão as relações entre a noção de bacia semântica (DURAND, 1996) e aquela de bacia hidrográfica, enfim, para o caso que interessa de como se encontram (agrupam/tensionam) e evocam homologias em termos das potências imagéticas configuradoras do mundo urbano, quando se pensa a “barra” do Tramandaí.

de estudo é altamente antropizada<sup>11</sup>, pois “a paisagem da Barra é eminentemente urbana”, haja visto que a própria existência da “barra” deriva da sua “abertura” (e, posterior intervenção governamental) “nos anos 40 sob a forma de mutirão” por moradores locais (MARQUES, 2017, p. 4). A barra é, assim, um construto humano *com* a natureza.

Deste modo é nesta faixa litorânea e, mais diretamente, através de uma “área lagunar-estuarina”<sup>12</sup> que a barra do Tramandaí desemboca no Atlântico. Ela revela-se o lugar do heterogêneo: pela configuração complexa de uma *natureculture* (FUENTES, 2010) na zona urbana litorânea, oriunda dos engajamentos contraditórios amplamente criativos e impactantes, que configuram tanto as feições paisageiras (e sua “mediância”)<sup>13</sup>, como desdobram-se em ações humanas degradadoras que ameaçam a flexibilidade e os “padrões que unem” (BATESON, 1979; 1990) os (ecos) sistemas diversos compreendidos como formas em devir nos espaços urbanos, definindo expressões de uma ecologia do habitar que se liga a uma antropologia urbana processualmente.

Nestes termos, a potência imaginária das águas (BACHELARD, 1989), assim como, suas vibrações e turbilhonamentos, arrastam consigo as formas simbólicas e seus arcanos que fulguram nos lugares praticados (Certeau, 1994). É por isso que no nosso ponto de vista, um rio tem nas aderências paisageiras humanas a sua figuração (como expressão coexistencial em devir) no lugar de pertencimento de um coletivo multiespécies, associados as materialidades das coisas/dos elementos (terra, água, ar, fogo), numa ecossistêmica que reúne símbolos e coisas<sup>14</sup> entre si, enfim, que constitui paisagens como expressões do ser, de ontologias possíveis. O dinamismo das águas mobiliza formas e aproxima modulações imaginárias distintas (e distantes), vinculando o humano ao lugar. As águas doces – mas não somente elas – são pontos de referência às ocupações humanas num contexto regional, como é o caso do Tramandaí para as populações que se assentaram naquela porção no século XIX e constituíram núcleos urbanos em constante transformação ao longo do tempo.

11 O termo aqui não tem um caráter acusatório, pois afastamo-nos do sentido que comumente é utilizado em estudos de ecologia, por exemplo. Não nos referimos apenas a um amplo espectro de ações humanas geradoras de problemas ambientais ou ainda, a impactos ambientais ligados à degradação e à poluição relacionados às ações sobre os ecossistemas, com consequências variáveis aos coletivos multiespécies locais, incluindo os habitantes humanos das cidades. Pensar a antropização é uma forma, no nosso ponto de vista, de refletir sobre o fenômeno humano nas suas agências transformadoras do meio (configurando contextos, vinculando-se a lugares) e, a partir daí, aos urgentíssimos dilemas do Antropoceno (HARAWAY, 2015; HARAWAY *et al.*, 2015; SILVEIRA; OSÓRIO, 2016).

12 Uma área de cerca de 30 km<sup>2</sup> “formada por um corpo de água lacustre, composto pelas lagoas de Tramandaí e Armazém (Laguna de Tramandaí) que se encontra conectado livremente com o mar aberto através de um canal de ligação” (TABAJARA, 1992, p. 21).

13 Optamos por traduzir a expressão *médiance*, cunhada por Augustin Berque (1987; 2000), por *mediância*. O autor define o termo, como: o “sentido de um meio; de uma só vez tendência objetiva, sensação/percepção e significação desta relação medial” (BERQUE, 2000, p. 48) [tradução livre]. A noção de meio, como aparece em Michel Maffesoli (1994) também interessa a este estudo, uma vez que o autor pensa-o tanto como processo quanto contexto de manifestação das formas. A maneira como a noção aparece em Ecologia também merece atenção – como contexto, meio de vida onde se dão as trocas gasosas e não apenas como ambiente.

14 Milton Santos (2002) distingue os objetos das coisas, ao mostrar que os primeiros têm elaboração social, enquanto os últimos são obras da natureza. Os objetos funcionam através de sistemas, podendo ser simbólicos ou sociais. Um objeto isolado só possui valor como coisa. Ele adquire valor social apenas através das relações. E argumenta que, portanto, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade.

O rio Tramandaí e sua barra apresentam-se como uma zona fronteira (geopolítica: entre as cidades; ecossistêmica: entre as lagoas e o mar). As agências humanas que ocorreram no século XX sobre este curso hídrico e que estendem-se no XXI, aceleraram as modificações no seu regime de salinidade, nos fluxos e contra-fluxos das marés, ampliando “vetores de relações” entre seres marinhos e dulciaquícolas, além de possibilitarem ações degradadoras humanas e, mesmo, formas de poluição nunca vistas. No caso da barra do rio Tramandaí os coletivos humanos locais intencionalmente aproximaram e misturaram elementos que, ao longo do tempo, foram se tensionando criativamente e produziram formismos singulares: dinâmicas ecossistêmicas, ampliação de nichos e de interações interespecies, vínculos de habitação/de urbanização, padrões de manejos, formas de sociabilidade, figurações paisageiras, bem como impactos sociambientais diversos.

A barra ao consubstanciar a complexa mistura das águas doces com as salgadas, permitiu a (re) construção de nichos vivenciais que ao coexistirem produziram aderências entre si (se entrelaçaram/articularam/encaixaram) ao sabor tensional das interações de todas as ordens, entre os seres e os sentidos de pertencimento ao lugar que ocorrem naquele contexto. É justo nesta ambiência estuarina, de águas interiores, que a pesca cooperativa entre pescadores – neste caso, “tarrafeiros”<sup>15</sup> – e os Botos-da-barra (*Tursiops gephyreus*) acontece visando a captura de cardumes de tainhas (*Mugil* sp.), fenômeno de biosocialidade (RABINOW, 1991; INGOLD E PALSSON, 2013) extremamente singular ao qual este escrito se liga, a fim de compreender as complexidades das paisagens coexistentiais interespecíficas (SILVEIRA, 2016a) no mundo urbano contemporâneo.

Sobre as coexistências na barra, Camargo *et al.* (2020, p. 7) relatam:

A Pesca Cooperativa é marcada pela afetividade dos pescadores com os botos, os quais são chamados de “amigos”, “irmãos”, “tudo para nós aqui na barra”. Inclusive, os pescadores atribuem aos botos o êxito da subsistência familiar (ILHA, 2016). Outro indicativo desse vínculo afetivo é o costume dos pescadores em dar nomes aos botos. Esses nomes são escolhidos de acordo com as características físicas ou comportamentais dos botos. O conhecimento dos rituais de pesca próprios da Pesca Cooperativa é passado entre as gerações de pescadores artesanais e entre os botos (ZAPPES *et al.*, 2011). Em Laguna, Santa Catarina, onde ocorre fenômeno semelhante, levantou-se a hipótese de que os comportamentos envolvidos na interação sejam uma forma de transmissão cultural (SIMÕES-LOPES *et al.*, 2016).

E denunciam:

O turismo desordenado, o trânsito de embarcações comerciais e de lazer, capturas incidentais em redes de pesca e a poluição ameaçam diretamente os botos do gênero *Tursiops* no litoral brasileiro (FRUET *et al.*, 2016). A espécie ocorrente no estuário do rio Tramandaí, *T. gephyreus*, está ameaçada de extinção, tanto em âmbito global (VERMEULEN *et al.*, 2019) quanto no Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

15 Cotrim e Miguel (2009, p. 10) referem-se a um “sistema de produção na pesca da tarrafa-peixe”, e mencionam que “o sistema técnico de captura desse tipo de pescador” se utiliza, exclusivamente, “da tarrafa como exclusiva arte de pesca. Essa rede de caída possuía normalmente malha entre 5,5 a 7 centímetros, tendo como espécie-alvo principal a captura da tainha (*Mugil platanus*)”.

Considerando que a laguna<sup>16</sup> da barra de Tramandaí e Imbé tem dinâmicas que não são propriamente fixas, principalmente quando se trata do seu percurso natural, e que foram desconsideradas nos anos da construção do guia corrente<sup>17</sup>, entre 1959 e 1961, no intuito de fomentar e estimular a capacidade logística da navegação, já é um indicativo da predominância do interesse na exploração econômica da barra, em desacordo às dinâmicas da natureza, da cultura e do ambiente nela presentes.

A revitalização atual da barra já tomou corpo muito antes da ideia da construção de um projeto de Ponte Intermunicipal<sup>18</sup>. A fragilidade ambiental da barra da laguna de Tramandaí e Imbé, otimizadas pelas demandas de fluxos dos veranistas, que impactam e fragilizam ainda mais a Ponte Giuseppe Garibaldi, deve ser motivo da elaboração de uma proposta colaborativa que esteja adequada às diretrizes da sustentabilidade e que agregue capacidade inovadora para os seus usos.

A ponte Giuseppe Garibaldi, tem uma importante finalidade para a mobilidade urbana dos municípios de Tramandaí e de Imbé, na Região do Litoral Norte. No entanto, sua capacidade e segurança estão visivelmente comprometidas e intensificadas, provavelmente, por meio dos fluxos fora da normalidade em meses de alta temporada: final de dezembro, janeiro, fevereiro, meados de março e julho. Mas não somente por essa razão. Também deve ser considerada a precária manutenção dispensada à infraestrutura da Ponte e a falta de um manejo ordenado para as vias de circulação e de locais de estacionamento de veículos, em ambos os municípios, nos períodos de alta temporada.

Os processos urbanos, naturais, culturais e ambientais já vivenciados na barra do município de Tramandaí por suas alterações a partir do ano de 2013, mostram que a prioridade dos investimentos financeiros disponibilizados e os esforços de gestão dispensados é baseada na ideia de um desenvolvimento econômico conservador e de um projeto político que prioriza setores em detrimento da totalidade dos demais. A diversidade econômica na barra de Tramandaí e Imbé diverge do ritmo dos modelos urbanos no qual usualmente os projetos são constituídos. É preciso propor um projeto para a Ponte Giuseppe Garibaldi que respeite a inter setorização e as especificidades locais.

---

16 Termo que em geomorfologia refere-se a uma depressão formada por água salobra ou salgada, localizada na borda litorânea, comunicando-se com o mar através de canal, constituindo assim, uma espécie de “semilago”. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=295523>>. Acesso em maio de 2019.

17 Localiza-se junto à embocadura do Rio Tramandaí. Local estruturado para receber os apreciadores da natureza, onde podem deliciar-se com a tradicional tainha, prato principal servido pelos quiosques. O Guia Corrente é um local especial para pesca, onde se encontram pescadores profissionais com suas tradicionais tarrafas e pescadores amadores com seus caniços de carretilha. É nesse belíssimo local que moradores, visitantes e turistas assistem a um dos mais esperados shows naturais onde os Botos vem fazer a sua exibição, indicando ao pescador onde está o cardume. Disponível em: <<https://www.turismo.rs.gov.br/atrativo/4528/guia-corrente/molhes-da-barra#sobre>>. Acesso em maio de 2019.

18 Sobre essa questão escreve Camargo (2019, p. 22): “A Secretaria Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Rio Grande do Sul, por intermédio da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN) encomendou um estudo técnico para construção de novo empreendimento rodoviário para o litoral norte do estado, chamado “Avenida do Litoral”. O Projeto foi concebido para conectar os municípios da região em uma única rodovia, conectando as rodovias existentes e construindo novas rodovias e outras estruturas (RIO GRANDE DO SUL, 2005). Segundo os autores, o trabalho surgiu a partir de uma demanda popular, apresentada em audiências públicas. As prefeituras dos municípios onde a Avenida do Litoral seria criada também apontaram uma série de problemas de mobilidade, transporte de carga e passageiros. Um dos pontos principais de gargalos no trânsito da região seria a ponte Giuseppe Garibaldi, que conecta os municípios de Imbé e Tramandaí. Como alternativa para os congestionamentos na ponte Giuseppe Garibaldi, o estudo propôs quatro alternativas de traçado sobre o estuário do rio Tramandaí.”

O modelo sazonal presente na Região do Litoral Norte tem como dinâmicas o veraneio e o processo de ocupação territorial colateral, isto é, uma expansão de propriedades consideradas segundas residências para a população da Região Metropolitana de Porto Alegre e dos municípios do interior do estado. A ideia de qualquer intervenção numa área de fragilidade ecológica, como é a Barra de Tramandaí e Imbé – há um estuário<sup>19</sup> no entorno da atual Ponte –, deve vir acompanhada de estudos técnicos que deem conta dessa complexidade, elaborados por uma equipe multidisciplinar, por competência.

O que é corroborado pelos argumentos de Camargo:

A discussão sobre a necessidade de execução de um projeto de milhões de reais deve ser aprofundada, com a proposição de outras hipóteses para solucionar a questão do engarrafamento. Recentemente, uma proposta de planejamento urbano foi apresentada como possível solução para os engarrafamentos da região (OLIVA, 2019). O autor do estudo apresenta modificações da malha viária já existente na região próxima à ponte Giuseppe Garibaldi, do lado de Tramandaí, que poderia resolver o engarrafamento pontual e sazonal na região, sem a construção de novas pontes (CAMARGO, 2019, p. 90).

## REFLEXÕES AO FIM DO PERCURSO

Propusemos este artigo como um percurso reflexivo sobre as paisagens do Litoral Norte Gaúcho enquanto sacionatureza. Nos termos de uma memória ambiental, que enfoca os trajetos antropológicos (DURAND, 1989) que figuram os gestos de assentamento da população no território e sua transformação no transcorrer do tempo, interessam as representações simbólicas, *ethos* e visões de mundo das populações que habitam esses ambientes diversos, entremeados pelos conflitos inescapavelmente atrelados a tais diversidades. Neste sentido, conforme Devos *et al.* (2010, p. 52-53):

Conflito, neste caso, não significa confronto efetivo, os conflitos de uso expressam a dimensão conflitiva (SIMMEL, 2004; LITTLE, 2006) enquanto princípio da realidade socioambiental contemporânea, articulando microéticas locais, macroéticas planetárias de preservação ambiental e mesoéticas onde se explicita uma dimensão política voltada para a negociação de tais conflitos entre a diversidade social e cultural contemporânea.

No estudo em questão nosso esforço foi o de pensarmos nas apropriações, produções e experiências paisageiras experienciadas ao longo do tempo, como dimensões fundamentais dos processos de transformação do Litoral Norte Gaúcho e a configuração de suas feições atuais, considerando a possibilidade de suas dinâmicas temporais e conformações espaciais que desdobram-se na contemporaneidade, mas sobretudo quanto à projeção de futuros almejados para as suas complexidades ecoculturais e paisageiras.

<sup>19</sup> Um ambiente aquático de transição entre um rio e o mar. Um estuário sofre a influência das marés e apresenta fortes gradientes ambientais, desde águas doces próximos da sua cabeceira, águas salobras, e águas marinhas próximo da sua desembocadura. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=295523>> Acesso em maio de 2019.

## REFERÊNCIAS

- ACHUTTI, L.E.R. *Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho*. Porto Alegre: Tomo Editorial; Palmarinca, 1997.
- APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FEATHERSTONE, Mike (org.): *Cultura Global: Nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 311-327.
- BACHELARD, G. *A Terra e os Devaneios da Vontade: ensaio sobre a imaginação das forças*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- BACHELARD, G. *A Terra e os Devaneios do Repouso: ensaios sobre as imagens da intimidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BACHELARD, G. *A água e os sonhos*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BATESON, G. *Mente e Natureza. A Unidade Necessária*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- BATESON, G. Os homens são como planta. A metáfora e o universo do processo mental. In THOMPSON, William. I. *Gaia uma teoria do conhecimento*. São Paulo: Gaia, 1990.
- BATESON, G. *Steps to an ecology of mind*. Chicago: University of Chicago Press, 2000 [1972].
- BERQUE, A. *Médiance de milieux en paysage*. Paris: Éditions Belin, 2000.
- BERQUE, A. *El pensamiento paisajero*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009.
- CAMARGO, Y. R. R.; DAL FORNO, M. A. R.; DORNELES, D. R.; FRAINER, G.; ILHA, E. B.; RIGON, C. T.; SANTOS, M. L. dos; SERPA, N. B.; SIMAS, T. P.; CARLOS, C. J.; MORENO, I. M. B. Diagnóstico ambiental do estuário do rio Tramandaí, litoral norte do Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista CEPSUL – Biodiversidade e Conservação Marinha*, Itajaí, v. 9, 2020.
- CAMARGO, Y.R.R. Avaliação dos impactos ambientais de projetos de pontes rodoviárias no estuário do Rio Tramandaí, sul do Brasil. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Biociências. Programa de Pós-Graduação em Biologia Animal, 2019.
- CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano. Artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- CORBIN, A. *O Território do Vazio. A Praia e o Imaginário Ocidental*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- COTRIM, D. S.; MIGUEL, L.A. Renda da pesca artesanal: análise dos sistemas de produção na pesca em Tramandaí – RS. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 3, n.14, p. 5-23, 2009.
- DURAND, G. *Science de L’Homme et Tradition*. Paris: Berg International, 1979.
- DURAND, G. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. Lisboa, Presença, 1989.
- DESCOLA, P. *Anthropologie de la nature*. Leçon inaugurale, Collège de France, 2001.
- DESCOLA, P. *Diversité des natures, diversité des cultures*. Bayard Éditions, 2010.
- DESCOLA, P. *L’écologie des autres. L’anthropologie et la question de la nature*. Versailles: Éditions Quae, 2011.
- DEVOS, R. V.; SOARES, A. P. M.; ROCHA, A. L. C. Habitantes do Arroio: memória ambiental das águas urbanas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 22, p. 51-64, jul./dez. 2010.
- FUENTES, A. Naturalcultural encounters in Bali: monkeys, temples, tourists, and ethnoprimateology. *Cultural Anthropology*, v.25, n.4, p. 600-624, 2010.

- FUJIMOTO, N. S. V. M.; STROHAECKER, T. M.; KUNST, A. V. ; FERREIRA, A. H. Uso e Ocupação do Uso do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul – Brasil, in : Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo
- HARAWAY, D., *et al.* Anthropologists Are Talking – About the Anthropocene. *Ethnos*, p. 1-30, 2015.
- HARAWAY, D. “Antropocene, Capitalocene, Plantationocene, and Chthulucene: making kin”. *Environmental Humanities*, v. 6, p. 159-165, 2015.
- INGOLD, T. *The Perception of the environment. Essays livelihood, dwelling and skill*. Londres: Routledge, 2000a.
- INGOLD, T.; PALSSON, G. (ed.). *Biosocial Becomings*. New York: Cambridge University Press, 2013.
- LEROI-GOURHAN, A. *O gesto e a palavra. Memória e ritmos*. Lisboa: Perspectivas do Homem/Edições 70, 1965, v. 1-2.
- MAFFESOLI, M. O poder dos espaços de representação. Rio de Janeiro: *Tempo Brasileiro*, nº116, 1994.
- MARQUES, O. R. A barra do rio Tramandaí a partir dos olhos dos pescadores artesanais. *Reunião de Antropologia del Mercosur – Del 4 al 7 de diciembre de 2017*. Disponível em: <[http:// www.ram2017.com.ar](http://www.ram2017.com.ar)>
- MATURANA, H. “Estratégias Cognitivas” In: MORIN, E; PIATELLI-PALMARINI, M. (org.). *A Unidade do Homem: invariantes biológicos e universais culturais*. São Paulo: Cultrix/EdUSP, v.II, 148-172, 1978.
- MATURANA, H. Conhecer o conhecer. *Ciência Hoje*, 14(84): 44-49, 1992.
- MENEGAT, R., PORTO, M.L., CARRARO, E.C.; BERNARDES, L. *Atlas Ambiental de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- MOORE, Jason W. (ed.). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. Oakland: Kairos Books, 2016.
- MOORE, J.W. El auge de la ecología-mundo capitalista (I). Las fronteras mercantiles en el auge y decadencia de la apropiación máxima. *Laberinto*, v. 38, p. 9-26, 2013a.
- MOORE, J.W. El auge de la ecología-mundo capitalista (II). Las fronteras mercantiles en el auge y decadencia de la apropiación máxima. *Laberinto*, v. 39, p. 21-29, 2013b.
- RABINOW, P. *Antropologia da Razão*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1991.
- RODRIGUES, A. M. Problemática Ambiental = Agenda Política: Espaço, território, classes sociais. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 83, p. 91-110, 2005.
- ROCHA, A.L.C.; ECKERT, C. Os jogos da memória. *Ilha*, Florianópolis, n.1, p. 71-84, 2000.
- ROCHA, A.L.C.; ECKERT, C. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2005.
- ROCHA, A.L.C.; ECKERT, C. *Etnografia da duração*. Porto Alegre: Marcavizual, 2013a.
- ROCHA, A.L.C.; ECKERT, C. (org.). *Etnografia de Rua: estudos de antropologia urbana*. Porto Alegre: UFRGS, 2013b.
- SANSOT, P. *Les formes sensibles de la vie sociale*. Paris: PUF, 1979.
- SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SILVEIRA, F.L.A. As paisagens coexistenciais interespecíficas, ou sobre humanos e não humanos compartilhando espaços domésticos numa cidade amazônica. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 42, n.17, p. 288-315, 2016a.

SILVEIRA, F.L.A. Para além das fronteiras territoriais: o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS) como uma questão transnacional. *Gestão e desenvolvimento*, Novo Hamburgo, v. 1, n. 13, p. 66-86, 2016b.

SIMMEL G. A Filosofia da Paisagem. *Política & Trabalho*, João Pessoa, p. 15-24, 1996.

SOARES, L. S.; PUPER, S. *Tramandaí: terra e gente*. Porto Alegre: AGE, 1986.

SOUZA CORREA, M. S. de. Germanidade e banhos medicinais nos primórdios dos balneários do Rio Grande do Sul. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. v.1, n. 17, p. 165-184, 2010.

TABAJARA, L. Aspectos da relação pescador-boto-tainha no estuário do rio Tramandaí – RS. In: *Os botos do Rio Tramandaí*. Canoas: La Salle, 1992, p. 17-49.